



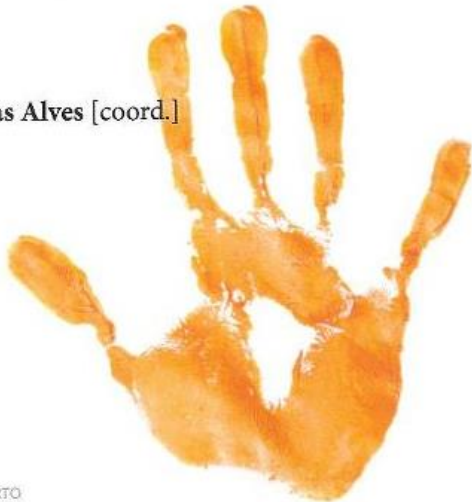
CATÓLICA PORTO

EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

MEMÓRIAS DE PROFESSORES

Emoções, Identidades Profissionais,
Currículo e Avaliação

José Matias Alves [coord.]



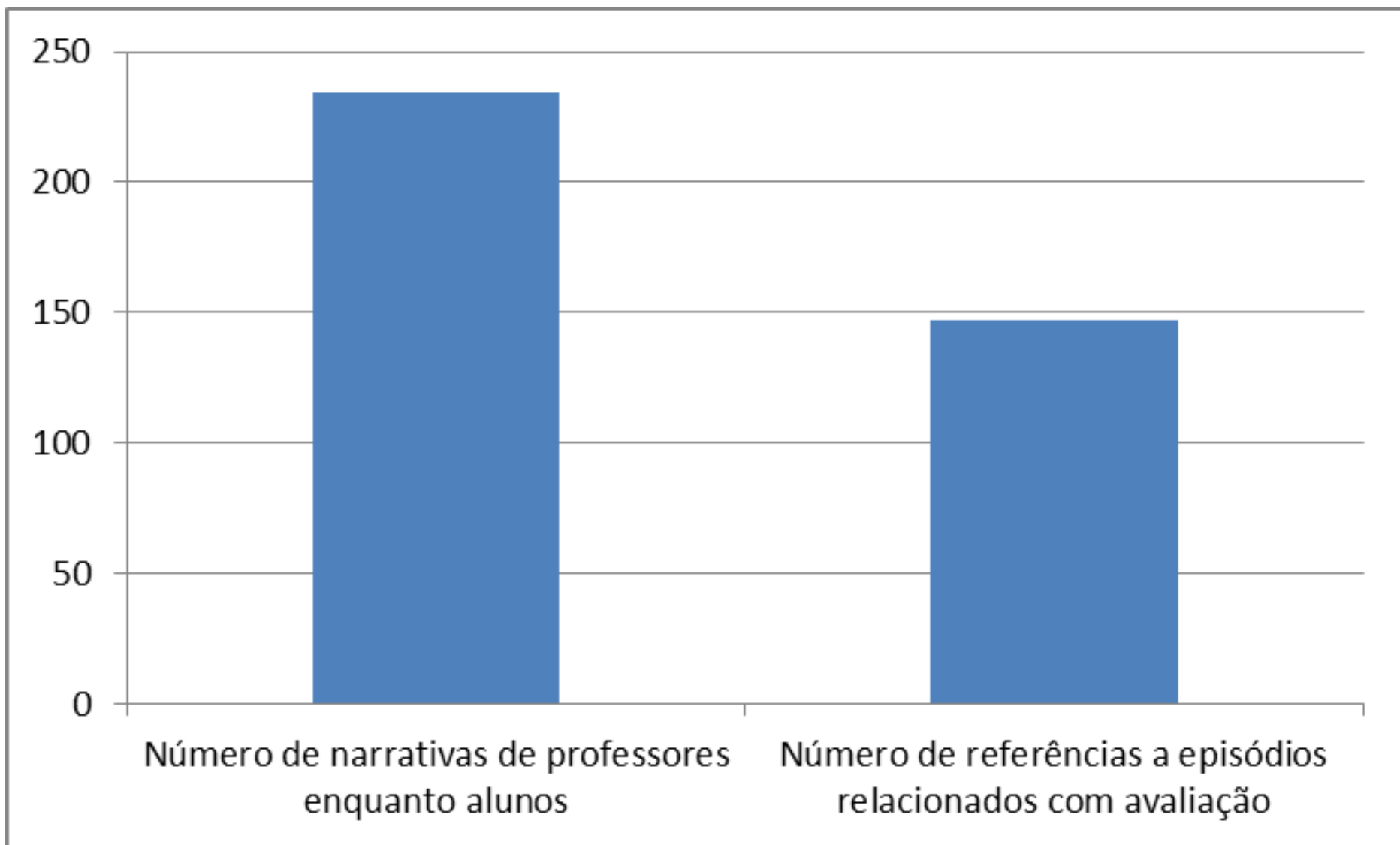
A Avaliação nas Memórias de Professores

José Matias Alves

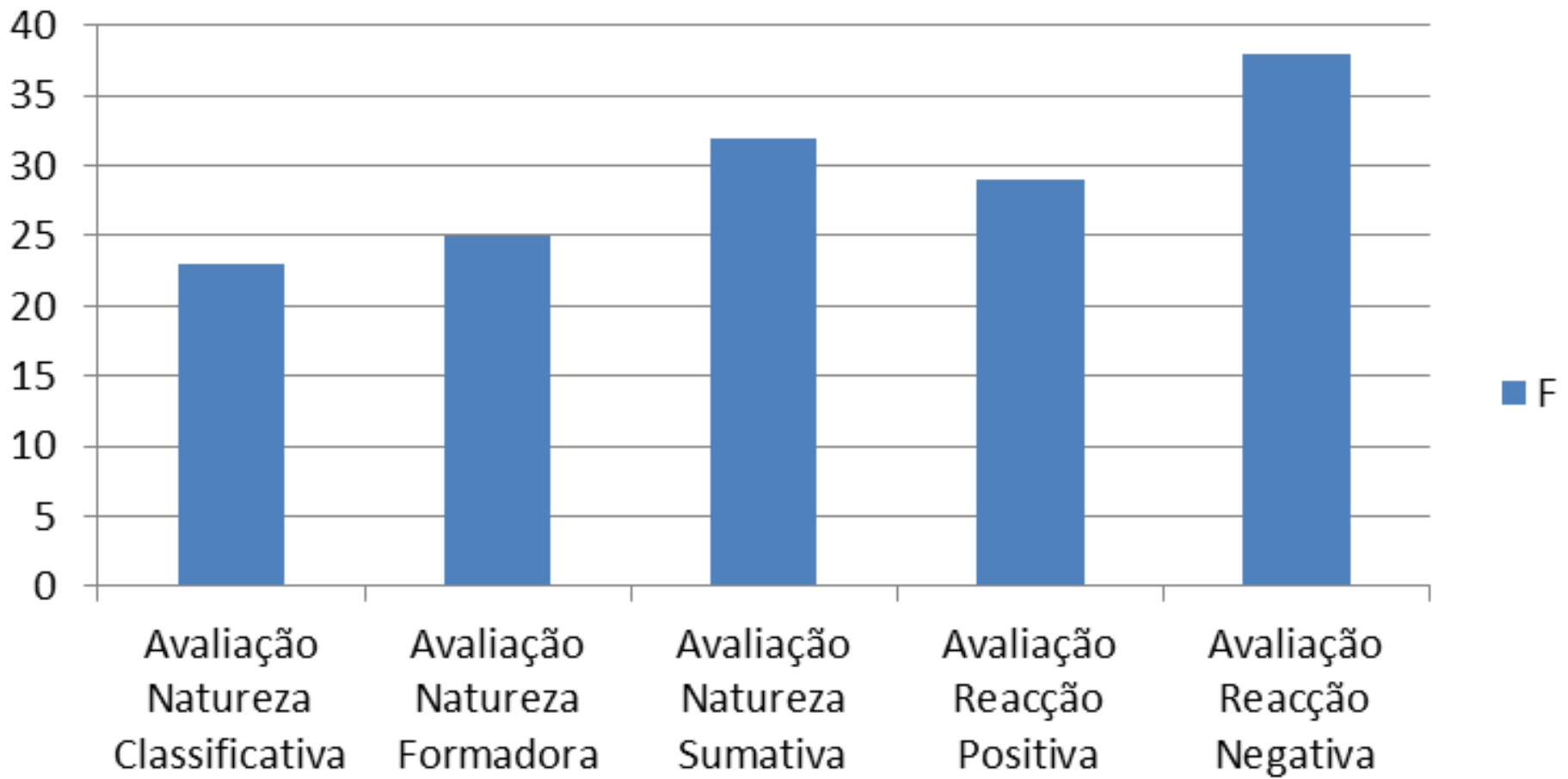
Contextualizar o tema

Analisar ocorrência e sentidos da avaliação nas memórias dos docentes enquanto alunos

Identificar as principais conclusões a retirar do estudo



Frequência



As histórias de vida de professores enquanto alunos assumem uma particular relevância para compreendermos a história da docência e da discência. E para nos assinalar a cultura profissional e organizacional que precisamos de promover.

A extrema importância da avaliação

A avaliação tem um poder regulador decisivo na vida escolar dos alunos. Tanto pode assumir um poder catalisador positivo como negativo no investimento escolar. Nas histórias convocadas, o efeito negativo está mais presente, embora os sujeitos tenham resistido ao poder maléfico e encontrado estratégias de resiliência e sobrevivência.

Este facto poderá ser explicado pela circunstância dos autores serem sobreviventes do sistema escolar e terem concluído com êxito todo o percurso, sendo na atualidade todos eles docentes.

Este facto poderá ser explicado pela circunstância dos autores serem sobreviventes do sistema escolar e terem concluído com êxito todo o percurso, sendo na atualidade todos eles docentes.

A centralidade da avaliação na vida escolar dos alunos (e do professores)

A avaliação possui um estatuto de onnipresença na vida escolar dos alunos e professores. Para os alunos, a avaliação é o sinal do sucesso ou insucesso do ofício de aluno, gerando sentimentos e atitudes de (des)vinculação e (des)investimento.

Para os professores, a avaliação é, em primeiro grau, um operador de poder e de autoridade. Em segundo grau, pouco presente nestes registos, poderá ser um valioso operador ao serviço da aprendizagem.

A avaliação inscreve-se na *caixa negra* da profissão docente

A avaliação é uma prática muitas vezes arbitrária, clandestina, invisível que só o professor conhece (e evidentemente os alunos, às vezes as famílias). Os pares no departamento ou no conselho de turma ignoram os lados *negros da avaliação*. E quando algumas práticas ilegítimas são contestadas em sede de recurso para o conselho de turma ou para o conselho pedagógico, os docentes tendem a agir de modo corporativo para defenderem a *profissão*. Esta tendência de cobertura pode explicar o *statu quo* e contribuir para uma má imagem social dos docentes.

Os efeitos duradouros

Outras das conclusões prende-se com os efeitos duradouros das decisões da avaliação. Para além do veredito escolar assinalado (e denunciado) por Pierre Bourdieu, as marcas psicológicas deixadas pela avaliação são tendencialmente intemporais porque se inscreveram na identidade dos sujeitos. Para o bem e para o mal. Este poder perene deveria ser por isso muito mais sensato e muito criterioso em termos profissionais e organizacionais pois a avaliação molda e marca indelevelmente as pessoas.

A natureza em regra negativa e limitadora do poder formador e formativo

Na maior parte das histórias, o poder formador e formativo da avaliação é pouco convocado. Ao invés, é o poder sancionador, a afirmação autoritária da decisão exclusiva e arbitrária que ocorre com mais frequência.

A importância da formação para outra avaliação

As conclusões anteriores remetem para a necessidade de uma outra avaliação. Uma avaliação formativa e formadora (Leite & Fernandes: 2002; Fernandes: 2007) uma avaliação como e ao serviço da aprendizagem (Guerra: 2003). Uma avaliação que inclua e motive em vez de excluir (Méndez: 2002). Uma avaliação que considere a pessoa e não apenas o aluno no seu *ofício* de aprender a sobrevivência escolar.

Esta formação não pode, contudo, desligar-se da ação organizacional e da sua relação com os contextos, designadamente os contextos familiares, sob pena de não ter a eficácia desejada. A formação-ação terá de ajudar a rever culturas organizacionais e profissionais, a reformular expectativas, a instaurar uma ordem escolar mais justa e mais democrática.

A centralidade da supervisão pedagógica como prevenção e desenvolvimento

A sétima conclusão retém a ideia que a ação educativa não se pode realizar na clausura do *jardim secreto* ou na *caixa negra* da sala de aula, onde quase toda a gente sabe o que passa mas onde ninguém parece ter legitimidade para intervir. Dada a finalidade da educação e dados os valores em presença, o projeto educativo em ação tem de ser obra de uma *comunidade de profissionais de aprendizagem* (Bolívar: 2012) que deve zelar por uma ação ética, autónoma e responsável.

O silêncio dos inocentes não pode legitimar algumas das histórias narradas. O prestígio de uma profissão só se construirá na conjugação de uma ação individual intelectualmente autónoma e responsável e de uma ação coletiva que acompanha, apoia e promove a máxima qualidade possível das aprendizagens.